

Recuperando o tempo perdido: a psicologia e o trabalho não regulado

Leny Sato¹

Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (São Paulo, SP)

Este artigo focaliza como, no Brasil, a psicologia tem apreendido os fenômenos do mundo do trabalho, identificando temas que são objeto de investigação e de práticas. O utilitarismo forjou seu olhar sobre o trabalho e sobre a Psicologia, e ela deveria gerar conhecimentos e instrumentos para intervir no trabalho. Sua influência está presente na gestão de recursos humanos e esse foi o primeiro campo demarcado, respondendo a demandas gerenciais e ao desenvolvimento das condições para o processo de industrialização. O utilitarismo possivelmente influenciou o fato de os estudos do trabalho na psicologia social terem ficado esmaecidos, pois se ocupavam de temas como identidade, subjetividade, problemas humanos no trabalho e gênero. Outro campo que se configura mais recentemente é o da saúde do trabalhador, um movimento construído por demandas de sindicatos de trabalhadores e pela inclusão da atenção à saúde do trabalhador na política de saúde pública. Embora tardiamente, a psicologia tem procurado recuperar o tempo perdido dedicando-se a estudar o desemprego e o espectro de atividades situadas no “circuito inferior da economia” (Santos, 1979/2004), o que inclui as “profissões esquecidas” (Rio, 1904/2008).

Palavras-chave: Psicologia do trabalho, Psicologia social do trabalho, Saúde do trabalhador, História da psicologia, Desemprego, Trabalho informal.

Recovering the lost time: psychology and non-regulated work

This article describes how Brazilian psychology approaches the phenomena of the work world, identifying themes for study and practices. Work and Psychology have been dominated by an utilitarian view, requiring that psychology should generate knowledge and instruments to influence work. The influence of the utilitarian view is present in human resources management, which was its first distinct field of action, having emerged as a response to management needs and to the development of conditions for the industrialization process. Utilitarianism is possibly the reason why the study of work in social psychology failed to stand out, for its subjects were identity, subjectivity, human problems at work, gender etc. Another field that has recently been taking form is workers' health, in response to the demand of workers unions and the inclusion of the subject of attention to workers' Health in public health policy. Even if belatedly, psychology is trying to recover the lost time studying unemployment and all the range of activities of the “economy's inferior circuit” (Santos, 1979/2004), including the “forgotten trades” (Rio, 1904/2008).

Keywords: Psychology of work, Social psychology of work, Workers's health, History of psychology, Unemployment, Informal work.

No Brasil, falar sobre como a psicologia tem tomado os fenômenos do mundo do trabalho para construir seus objetos de estudo implica reconhecer e configurar os diversos olhares que se apresentam, como num caleidoscópio. E a partir dele é que se pode identificar os limites, as perspectivas, os obstáculos e os desafios que se apresentam para a psicologia do trabalho.

Sabemos que a psicologia abriga diferentes vertentes teórico-metodológicas, bem como diversas expectativas sobre o que o conhecimento por ela construído pode oferecer à sociedade. Algumas dessas expectativas são a compreensão e a explicação dos fenômenos psicológicos que problematizam a posição do trabalho na sociedade, ou a construção de técnicas a serem aplicadas ao trabalho.

¹ Departamento de Psicologia Social e do Trabalho e Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

Diante dessa diversidade, é mais apropriado falar em psicologias e em trabalhos. Por esse motivo, as diversas leituras convivem de modo conflituoso e tenso, configurando um campo científico, no sentido definido por Bourdieu (1983), ou seja, um espaço de luta pela conquista de posições hegemônicas. Nesse campo, os debates são fortemente marcados pelas relações que a psicologia mantém com os interesses do capital e dos trabalhadores. Prilleltensky (1994) oferece um importante painel mostrando como o tema “trabalho” foi tomado pela psicologia em sua história. O trecho abaixo aponta para esse aspecto:

Historicamente, os cientistas sociais foram trazidos para dentro das fábricas com o propósito de aumentar a produtividade. Baritz (1974) expôs isto de forma clara quando ele escreveu que “empresários, como empresários, estão nos negócios para fazer dinheiro. [E] apenas na medida em que os cientistas sociais possam ajudar na realização desse objetivo é que o empresariado fará uso deles” (p. 196).

Conscientes dessa situação, os trabalhadores organizados têm tradicionalmente estado apreensivos com relação aos “serviços” psicológicos (Huszczo et al., 1984). A esse respeito, Huszczo e colaboradores afirmaram que “os sindicatos percebiam as contribuições dos psicólogos, quando muito, como sendo sem relação com suas necessidades, como sendo antitéticas aos seus interesses” (p. 432). Em sua revisão de literatura, descrevendo a relação entre psicologia e sindicatos, eles concluíram que, *inter alia*, os trabalhadores desconfiam dos psicólogos:

- A. Por sua associação com o empresariado.
- B. Por sua associação com a Organização Científica do Trabalho de F. W. Taylor (isto é, a ênfase na eficiência, tempo e estudos de movimento).
- C. Porque os sindicatos são ignorados nos livros e revistas de psicologia organizacional.
- D. Porque os métodos (por exemplo, escalas de atitudes) têm sido usados para evitar ou conduzir ao fracasso as tentativas de organização dos sindicatos ou diminuir as queixas salariais.
- E. Porque os métodos de avaliação psicológica enfatizam a diferenciação entre trabalhadores (assim, são contrários aos princípios de solidariedade e de antiguidade).
- F. Porque os métodos de “cura pela fala” sondam o passado e enfatizam mais as fontes internas de estresse mental e alívio do que as fontes externas (Prilleltensky, 1994, p. 434).

No caso do Brasil, essa história não é diferente (Carelli, 1975). E é, sobretudo, a partir de uma visão utilitarista do trabalho que se constrói uma área que se torna hegemônica na psicologia. “Útil”, no *Vocabulário técnico e crítico da filosofia*, de André Lalande, é: “aquilo que tem valor, não em si mesmo, mas como meio para um fim julgado bom, de qualquer ponto de vista”. A ciência psicológica começa a ter seu campo configurado na área de organizações e trabalho a partir da engenharia e das “ciências do comportamento”, como ramo da medicina. É ilustrativo o fato de ter sido Roberto Mange, engenheiro suíço da Escola Politécnica da USP, o precursor da psicotécnica no Brasil (Carelli, 1975) e de a medicina, por meio de médicos como Raul Rocha (clínico geral) e de Henrique Roxo (psiquiatra), ter contribuído para a “organização racional do trabalho” (Bertolli Filho, 1993).

Essa é a vertente da psicologia socialmente reconhecida e legitimada como sendo a psicologia do trabalho e organizacional. Isso, parece-nos, dá-se, entre outros possíveis motivos, pelo fato de ela ter construído um espaço de aplicação dos conhecimentos da psicologia e, sustentada nessa tecnologia, aberto um espaço importante no mercado de trabalho para os(as) psicólogos(as). E, nesse sentido, se a psicologia toma o trabalho como algo útil, a própria psicologia se constitui a partir de uma visão utilitarista. Utilitarismo é “toda doutrina que faz do útil o princípio de todos os valores, na ordem do conhecimento assim como na da ação” (Lalande, 1926/1999).

Quando se compreende que um campo científico conforma a psicologia do trabalho, fica-se sensível para reconhecer outras leituras e abordagens que não alcançaram posições centrais nesse campo. Nesse sentido, há estudos realizados no âmbito da psicologia social que focalizam o mundo do trabalho a partir de categorias que lhe são próprias, como: identidade, subjetividade, memória, representações e interações sociais. Em comum, esses estudos preocupam-se em tomar o ponto de vista dos trabalhadores. Justamente porque não se orientam por uma perspectiva utilitarista, eles não foram reconhecidos como contribuições da psicologia do trabalho, mas, sim, entendidos como estudos de psicologia social. Eles se sustentam em uma perspectiva crítica da psicologia social, que situa o trabalho numa sociedade desigual, lidando com categorias que considerem as relações políticas.

Trabalho seminal nessa vertente é o de Simone Weil (1996) que, em seus relatos sobre sua vivência como trabalhadora industrial, na primeira metade do século XX na França, trouxe, vivamente, o ponto de vista de quem trabalha.

Entre nós, são importantes os estudos de Sylvia Leser de Mello (1988), de Arakcy Martins Rodrigues (1978), de Ecléa Bosi (1979), de Tânia Galli Fonseca (2000), entre outros.² Para as pessoas das classes populares, falar da vida é falar do trabalho (Mello, 1988; Bosi, 1979). Arakcy Martins Rodrigues desenvolveu diversos estudos sobre a condição e representações de trabalho e as práticas organizativas, tematizando: diferenças de gênero (Rodrigues, 1992), empresa familiar (Rodrigues, 1991), funcionários públicos (Rodrigues, 1989) e supervisores de fábrica (Rodrigues, 1988). Nesses estudos, a leitura da psicologia social encontra-se presente mediante articulações entre autores da psicologia e da sociologia, em que se busca ultrapassar a dicotomia indivíduo e sociedade, já tratada, por exemplo, por Norbert Elias no final da década de 1930 (Elias, 1994) e, posteriormente, por Bourdieu (1980).

Todos esses trabalhos põem em pauta problemas da sociedade complexa, industrial e hierarquizada, chamando-nos a atenção para o que Sylvia Leser de Mello denomina “problemas humanos no trabalho”.³ A perspectiva da psicologia social convida-nos a olhar o trabalho e os processos organizativos a partir do ponto de vista dos trabalhadores, mostrando situações difíceis de serem vividas, estratégias e táticas criadas e utilizadas para com elas lidar.

Esses estudos de psicologia social encontram diálogo fértil com outras ciências sociais e humanas, como a antropologia, a economia política, a sociologia e a história.

Em meados da década de 1980, no Brasil, a psicologia adotou outros caminhos, passando a ter como interlocutor privilegiado a saúde coletiva, participando da construção de um campo interdisciplinar de teorias e de práticas denominado “saúde do trabalhador” (Lacaz, 2007).⁴ Aqui, o objeto é o processo saúde-doença, compreendido como um processo histórico; elege como categoria central o processo de trabalho (Laurell & Noriega, 1989). Esse campo se conforma pelo encontro do movimento sindical, que então ressurgia na cena pública, com os profissionais de saúde pública no momento em que os dirigentes de Estado eram eleitos pela via democrática. Deve-se notar que era notadamente o movimento sindical urbano-industrial o ator que então se apresentava como a voz por parte dos trabalhadores.

Esse novo espaço então aberto possibilitou que a psicologia tomasse os problemas que se apresentavam para os trabalhadores no dia a dia de trabalho. Sob essa ótica, o “chão de fábrica” passa a se apresentar como um espaço de emergência de grandes questões para a psicologia na medida em que possibilita visitar, a partir do enfoque da saúde coletiva e da psicologia social, um universo que, até então, fora ignorado pela psicologia. Do cotidiano de

2 Não pretendemos trazer uma revisão da bibliografia sobre essa vertente, mas, tão somente ilustrar, com alguns estudos, sua existência. Optamos, assim, por nos restringir quase exclusivamente à tradição desenvolvida por pesquisadoras do Departamento de Psicologia Social e do Trabalho do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

3 Título de uma das disciplinas de pós-graduação do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade de São Paulo, oferecida por Sylvia Leser de Mello.

4 Importante diferenciação entre a saúde ocupacional e a saúde do trabalhador é feita por Lacaz (2007).

trabalho, sob o ponto de vista dos trabalhadores, são construídos os objetos da “psicologia do trabalho não escrita”, como afirmaram o psicólogo italiano Ivar Oddone e seus colegas (1981). Nos seus dizeres:

A psicologia do trabalho é uma das disciplinas que foi mais fortemente condicionada pela luta de classes e pela natureza de classe do desenvolvimento científico, o que limitou seu campo de observação e deformou seus modos de abordagem dos comportamentos humanos na empresa (p. 23).

Além disso, no contexto desse movimento da saúde do trabalhador, Ivar Oddone e seus colegas foram importantes no sentido de enfatizar a subjetividade e o conhecimento operário como nortes para se definir o que é saudável ou não, por referência às condições e à organização do trabalho. Com isso, atribuiu estatuto epistemológico ao conhecimento operário.

A saúde do trabalhador significa, para a psicologia, a possibilidade de tomar o trabalho como objeto da política em saúde pública e de testemunhar o processo de inclusão da atenção à saúde na agenda dos órgãos de representação dos trabalhadores.⁵ Condições de trabalho e organização do trabalho passam a ser focos de problematização, contextualizadas nas relações sociais de trabalho. Importante apontar que, em um período de menos de três décadas, a saúde do trabalhador consolidou-se como política pública em âmbito nacional. Para a psicologia, um novo espaço de atuação e de investigação se abre, o que pode ser constatado pela quantidade de estudos sobre o tema,⁶ bem como de material produzido pelo e para o movimento sindical e trabalhadores.

A incursão da psicologia a outras realidades de trabalho

Sem dúvida, um passo importante foi dado pela psicologia ao reconhecer que há um cotidiano de vida e de trabalho que merece ser reconhecido e abraçado e que a leitura da psicologia social aporta teorias e métodos que permitem tornar visível a realidade do ponto de vista dos trabalhadores e das trabalhadoras. Entretanto, ela ainda se restringe à realidade dos que estão empregados, o que faz com que, a rigor, tenhamos construído uma psicologia que focaliza o trabalho enquanto emprego.

Mais recentemente, questões em torno do desemprego estrutural passaram a ser de interesse da psicologia, dada a sua dramaticidade. Por exemplo, o discurso da habilidade e da competência (Bendassolli, 2000/2001; Guimarães, 2003) é um deles. Tal discurso fortalece a leitura que responsabiliza e culpabiliza os trabalhadores pela possibilidade de serem “empregáveis” ou não. Para a psicologia, importa compreender qual a força de tal discurso, ou seja, em que medida explicações da realidade, nele pautadas, realizam um papel na compreensão do mundo (do trabalho) e induz as pessoas a práticas que reforcem a responsabilização e a culpabilização do indivíduo.

Como sintetiza Bendassolli (2000/2001), tal discurso tem o propósito de:

- incrementar a produtividade no trabalho, ou seja, qualificar pessoas para desempenharem várias funções ao mesmo tempo, arcando com várias competências;
- fazer o indivíduo gerir responsabilidades privadas pela condução de sua própria vida profissional. Isso implica no seguinte: o indivíduo tem de bancar os custos de sua formação

⁵ Note-se que a saúde é tratada não a partir de uma perspectiva assistencial, e, sim, no âmbito dos direitos humanos e da cidadania. Na realidade, essa foi a oportunidade de retirar dos sindicatos o papel assistencialista ao qual foi delegado (cf. Simão, 1981).

⁶ Haja vista o número de dissertações, teses, artigos em periódicos e livros sobre o tema.

profissional; ele tem de avaliar-se periodicamente para ver se está adequado às regras e exigências que o mercado demanda dele;

- dismantelar a confiança, tanto em ações tomadas em conjunto, visando a interesses públicos, quanto na ação e eficácia do Estado para gerir dificuldades ou conflitos na sociedade (p. 68).

Esse discurso que incentiva a manutenção da “empregabilidade” tem também seus efeitos práticos do lado das empresas, entre eles, o de prover-lhes uma oferta de trabalhadores mais qualificados sem que, para isso, elas tenham que, necessariamente, despende recursos; possibilita o aumento da concorrência entre as empresas, sustentando parâmetros de eficiência e produtividade na qualificação e qualidade das pessoas (Bendassolli, 2000/2001).

Tal discurso encontra-se espalhado em revistas dirigidas ao público em geral, aumentando as prateleiras dos livros de autoajuda. Um exemplo nesse sentido é o estudo desenvolvido por Guimarães (2003) ao tomar como objeto a revista *Você S.A.* e a reação de executivos e aspirantes a executivos ao discurso dessa revista. O que se identificou foi uma grande diversidade de respostas e reações. Desde aquelas em que tal discurso era verbalmente confrontado, ganhando reforços por estar aliado a uma prática cotidiana que também expressava essa crítica, até aquelas em que conselhos e orientações sobre assuntos específicos oferecidos pela revista foram seguidos em todos os seus detalhes, tendo sido identificados pelo entrevistado como a justificativa pelo sucesso e, por fim, passando por aquelas reações em que o entrevistado expressa uma crítica verbal veemente ao discurso veiculado pela revista, mas que, no dia a dia, os fazeres mostram-se congruentes a ele.

Pulido-Martínez (2007) aborda outro aspecto dessa mesma questão: o papel que o discurso psicológico – mais precisamente, o da psicologia organizacional e do trabalho – desempenha na construção da subjetividade do trabalhador; mais especificamente, como a psicologia produzida no hemisfério norte adentra os países do sul e se apresenta como discurso que norteia a construção da subjetividade, de modo a operar uma subjetividade “em desenvolvimento” para outra que seria “moderna” e necessária para se alcançar o desenvolvimento nacional. A análise se insere em uma das dimensões do neocolonialismo.

Os trabalhadores desempregados constituem-se em um importante segmento que tem sido alvo desses discursos. Em pesquisa realizada com desempregados que buscam os serviços de recolocação de mão de obra (Ackermann et al., 2005), pode-se ver que há os que reproduzem a “cartilha” que apresenta os passos para se manterem empregáveis: fazer cursos de requalificação profissional, não importa quais; manter-se continuamente informado; portar-se “adequadamente” nas entrevistas de seleção etc. Há, enfim, um longo *script* que deve ser seguido. Para muitos, tal discurso reforça o caminho tido como único e inquestionável: de os desempregados moverem-se em direção à busca de emprego. Para outros, no entanto, as prescrições acima são tomadas a distância, pois reconhecem contra-argumentos retirados da situação econômica e política do país, os quais demonstram que a explicação para o desemprego não pode ser encontrada, tão simplesmente, no fato de que “as pessoas não são como deveriam ser”.

A identidade psicossocial está fortemente vinculada ao fato de as pessoas estarem empregadas, e, se para construir as estatísticas de emprego e desemprego, lançamos mão de variáveis “discretas” – empregado e desempregado –,⁷ para os trabalhadores, atribuir-se o *status* de desempregado é algo mais complexo. Vejamos: algumas pesquisas têm mostrado que trabalhadores que classificáramos como desempregados evitam assim se definir. Isso foi observado na pesquisa comparativa Brasil-França-Japão de Démazière, Guimarães e Sugita (2005), na qual pessoas desempregadas evitam definir-se como desempregadas, optando por descrever o que têm feito para lidar com a situação e mostrarem como se sentem. As autoras

⁷ A respeito das estatísticas de emprego e desemprego, ver a discussão de Jardim (2009).

apontam que entre a situação de “desemprego” e de “emprego”, há uma situação intermediária, definida pelos próprios trabalhadores, que é “a de busca de emprego”. Isso traz como categoria importante a de “atividade”. Assim sendo, “emprego” e “desemprego” são classificações que estão subsumidas à de “atividade”. E a “atividade” expressa-se por dois eixos: a) pela busca efetiva de manter-se numa condição mais próxima do emprego (procurar emprego, preparar *curriculum*, avaliar propostas de trabalho, pesquisar na internet etc.); e b) pela possibilidade de vislumbrar um projeto futuro (estudar, preparar-se, planejar-se etc.). Trata-se, nesse segundo eixo, de envolver-se em uma atividade voltada à construção de uma estratégia para alcançar a posição de “empregado”.

No mesmo sentido, a pesquisa realizada por Terra, Carvalho, Azevedo, Venezian e Machado (2006) apresenta um caso de trabalhador desempregado há muito tempo (ex-metalúrgico de montadora) que também não se definia como desempregado, pois, para ele, o “desempregado” é o que “*se entrega*”, é aquele que fica “*largado*”. Esse trabalhador, ao contrário, fazia “*bicos*” e fazê-lo foi uma decisão “pensada”, depois de avaliar a situação do mercado de trabalho, as atuais exigências para se contratar um trabalhador e os valores dos salários oferecidos pelo mercado formal de trabalho. Entretanto, decidir-se por fazer “*bicos*” não se constitui em um abandono permanente da busca de emprego, inclusive porque, como bem mostra Jardim (2009), a “cultura do emprego, está fortemente vinculada aos direitos sociais. Por isso, é possível entender o emprego, e não qualquer trabalho (remunerado ou não), como a modalidade de relação de trabalho que sustenta a vivência de estar em atividade. Em alguns relatos de pesquisa, constata-se que pessoas desempregadas, mesmo trabalhando no mercado informal, aproveitando oportunidades para conseguir alguma renda, consideram-se “parados”, como mostra investigação realizada com vendedores ambulantes (Salvitti, Viégas, Mortada & Tavares, 1999), ao contrário do caso do ex-metalúrgico.

O que fica evidente é a multiplicidade de sentidos atribuídos ao emprego e ao desemprego e também uma multiplicidade de formas de lidar com a situação de desemprego. Importante referir que na pesquisa comparativa Brasil-França-Japão (Démazière, Guimarães & Sugita, 2005), os desempregados entrevistados no Brasil evidenciam o que lhes resta perante a precariedade de políticas públicas na área do trabalho: “*se virar*”.

Esses dados, além de reiterarem a valoração moral que a situação de emprego/desemprego confere às pessoas, mostram que há um esforço em garantir que a “atividade” seja mantida. Na mesma pesquisa de Terra et al. (2006), uma das entrevistadas que se encontrava nas filas de um dos serviços de recolocação de mão de obra, após apresentar o elenco de todas as atividades que vinha realizando na busca pelo emprego, mostrou que pensar na situação de desemprego era penoso e, quando se punha a pensar, chorava. Essa “atividade”, mesmo quando pouco eficaz para empregar-se, tem um sentido que visa apaziguar o sofrimento decorrente da situação de desemprego.

Observa-se também, nas pesquisas de Demazière, Guimarães & Sugita (2005) e Terra et al. (2006), o quanto a busca por emprego torna as pessoas especialistas no assunto: conhecem os lugares onde procurar, vão aos vários serviços públicos de recolocação de mão de obra, têm críticas aos processos seletivos etc. Os procuradores de emprego mostram que eles fazem “o que têm que fazer”: entregam *curriculum*, submetem-se às entrevistas de seleção... e esperam. A espera é a parte incômoda dessa “atividade”, e o binômio que sintetiza a vivência dessa situação: “*corre atrás... e espera*”, como verbalizava repetidamente um entrevistado (Ackermann et al., 2005).

Como já mostrou Seligmann-Silva (1994), o desemprego de longa duração tem merecido também o olhar que busca compreender as suas repercussões para a saúde mental.

Se a vivência da situação de desemprego é, em si, um fenômeno que deve ter a atenção da psicologia social do trabalho, as altas taxas de desemprego configuram um contexto importante para os que conservam seus empregos, funcionando como uma espécie de

“fantasma” que joga o papel de um controle simbólico. Controle simbólico esse que tem a potência de fazer que os trabalhadores suportem situações de trabalho em termos de exigência e pressão que antes não suportavam. Isso pode ser constatado em uma pesquisa realizada no Serviço de Aconselhamento Psicológico do Instituto de Psicologia da USP, ao qual acorriam trabalhadores empregados e desempregados que expressavam como eixo importante na queixa psicológica o tema do trabalho. Os empregados identificavam o desemprego como uma realidade que os pressionava a manterem-se em seus empregos, mesmo vivenciando insatisfação de diversas ordens com o trabalho, tais como: condições e organização do trabalho, salários, tipo de atividade etc. (Sato & Schmidt, 2001; Terra et al., 2006).

Esses são alguns estudos que também marcam a importância das contribuições da clássica pesquisa de Marie Jahoda (1982/1987), enfocando as consequências psicológicas e sociais do desemprego. Para além da evidente importância do emprego nas sociedades salariais como meio de subsistência, aqui importa a experiência do desemprego. Podemos identificar que, embora a referência seja a década de 1930, na Europa (mais precisamente em Marienthal, na Áustria), as conclusões delineadas encontram coincidências com alguns estudos desenvolvidos no Brasil atualmente. Aproximando-se da experiência vivenciada pelos trabalhadores desempregados, Jahoda (1982/1987) aponta a relevância que as organizações públicas (em contraposição ao ambiente familiar) nas sociedades industrializadas têm para garantir a estrutura temporal. São as vinculações com o trabalho (para o adulto) e com a escola (para crianças e jovens) que garantem essa estrutura. Importante notar que, como diz a autora, o ócio não é vivenciado como substituto do emprego, mas sim como o seu complemento. E, muito embora trabalhadores desempregados possam se dedicar ao trabalho voluntário, ele não ocupa o lugar do emprego. A carência de objetivos e o isolamento social estão entre as consequências psicológicas e sociais descritas pela autora.

Alguns estudos recentes realizados no Brasil sobre a situação de desemprego acabaram abrindo-se para o reconhecimento do trabalho informal, em suas diversas modalidades.

A busca por artigos em revistas de psicologia, na base *scielo* e na BVS (Biblioteca Virtual em Saúde)⁸ permitiu acessar publicações por meio dos termos “trabalho informal”, “mercado informal” e “informalidade”. Ainda são poucos os estudos que se alcançam por essas palavras-chave – pouco mais que uma dezena –, entretanto, constata-se que são estudos realizados em diversos centros urbanos do Brasil, revelando preocupações diversas. Em muitos estudos, a informalidade é um dos traços das situações estudadas e, embora não se constitua em categoria central da investigação, essa condição se impõe pela importância que revela nos estudos.⁹ Em alguns, a informalidade é tema central.¹⁰

Esses estudos quebram a tradição forjada na trajetória da psicologia que concebeu o trabalho, prioritariamente como emprego, pois, basicamente, as modalidades de trabalho estudadas foram as que se davam sob a relação assalariada e para as pessoas que estavam empregadas. Entretanto, o trabalho assalariado na sociedade brasileira sempre conviveu com outras modalidades de relação de trabalho, inclusive, infelizmente, com o trabalho escravo. Além disso, nunca tivemos um Estado de Bem-Estar Social. Aqui, o denominado trabalho informal tem magnitude importante e estima-se que cerca de 11 milhões de trabalhadores poderão ser “formalizados” perante o Estado diante de recente medida do governo federal.¹¹ Estima-se, ainda, que cerca de 170 ocupações componham o leque de atividades que são

8 Acesso em 28 de janeiro de 2011.

9 Coutinho, Krawulski e Soares, 2007; Medeiros e Macedo, 2006; Coutinho, Beiras, Picinin e Luckmann, 2005; Traverso-Yepetz e Pinheiro, 2002; Cintra, Ribeiro e Andrade, 2010; Cunha e Vieira, 2009; Silva D’Alencar e Campos, 2006; Coutrim, 2006; Mendes e Marrone, 2003; Gubert e Kroeff, 2001; Salvitti et al., 1999.

10 Antunes, 1999; Gondim et al., 2006; Oliveira e Iriart, 2008; Spink, 2009.

11 Trata-se da Lei Complementar 128 de 19/12/2008, que criou a figura jurídica do Microempreendedor Individual (MEI). A lei entrou em vigor no dia 1º de julho de 2009 e o governo tinha como meta formalizar 1 milhão de trabalhadores informais até o fim de 2010.

informais. Entre elas, a medida aponta cabeleireiras, costureiras, sapateiros, manicures, barbeiros e encanadores. Esses profissionais poderão contribuir para a Previdência Social.

Conhecemos muito pouco sobre os trabalhos criados cotidianamente pelas pessoas para dar conta de sua sobrevivência. Há um mercado de trabalho, invisível, mantido e reproduzido por pessoas que se vinculam a comunidades e redes de relações interpessoais. Nele, trabalho no mercado formal, no mercado informal, emprego e desemprego convivem sem barreiras. Ackermann (2005) mostrou a infinidade de trabalhos criados por pessoas residentes em um bairro periférico de São Paulo e que participavam (trabalhavam) de um mutirão para construção da casa própria. Muitas pessoas nunca tiveram registro em carteira de trabalho; outras o tiveram, mas isso fazia parte de um passado distante e elas não viam chances de serem novamente registradas; outras, ainda, realizam, simultaneamente, trabalhos no setor formal e no informal e, algumas vezes, os rendimentos do segundo eram superiores aos auferidos pelo primeiro. A carteira de trabalho assinada funcionava como avalista para a obtenção de crédito, muito mais do que como símbolo de que as condições materiais de sobrevivência estivessem garantidas.

O trabalho contemporâneo em sociedades não industriais mostra-nos configurações que o foco no estudo do emprego não foi sensível para apreendê-las. Em algumas sociedades não industriais, como alguns países africanos lusófonos, vê-se que o trabalho apresenta configurações até agora pouco tratadas nos estudos de psicologia do trabalho. Em feiras e mercados na Guiné-Bissau, por exemplo, vê-se como esses locais são multidimensionais: arte, trabalho, religiosidade, brincadeira e sociabilidade são dimensões presentes e que fazem parte do trabalho. Tal configuração é diferente da especialização dos espaços, que seleciona repertórios de comportamento autorizados a serem exibidos no local de trabalho. Dadas a dinâmica e as dimensões desses mercados, pode-se constatar como eles são extremamente potentes para a vida das pessoas. Os mercados são locais em que se vive e não apenas se trabalha. Ali se educam os filhos, ali se aprende o Alcorão, ali se reza, ali se prepara o próprio alimento e se trabalha comercializando muitos tipos de mercadorias. As diferenças étnicas e religiosas, bem como as regras e crenças que constituem a cultura, são essenciais para compreendermos o que é trabalhar naquele contexto. Compreender os sentidos do trabalho, os processos organizativos naqueles contextos, demandou do pesquisador a inclusão de abordagens que não faziam parte da literatura habitual para pensar-se o trabalho, mesmo quando olhado a partir do “chão de fábrica”. Arte, criatividade, religiosidade, entre outras dimensões, foram importantes para garantir o olhar sobre aquelas modalidades de trabalho e como elas se vinculam à sobrevivência.

Se andarmos pelas nossas cidades veremos que as ruas e os espaços públicos, em geral, são espaços de trabalho. Numa esquina da cidade de São Paulo, na região dos Jardins (bairro de classe média alta), veremos um senhor que monta sua oficina na calçada para consertar cadeiras de palhinha, o que faz de cócoras. A esquina é o espaço que se oferece para isso: faz da esquina a sua oficina. Os camelôs fazem seu trabalho nesses espaços, e há uma grande resistência a serem transferidos para os camelódromos, em geral locais fechados para onde a freguesia não irá.

A feira livre, em São Paulo, mescla o trabalho regulado e o não regulado. Além dos feirantes, cujos trabalhos são regulados pelo Estado (no caso, pelo poder municipal), há diversos trabalhos que são criados e que só fazem sentido naquele contexto; ou seja, não são fruto exclusivo do “espírito empreendedor” daquele senhor, mas decorrem de uma série de circunstâncias que fazem com que aquele tipo de trabalho seja demandado e aceito pelos feirantes. Como exemplo, temos o caso de um senhor cujo trabalho é conseguir dinheiro trocado para os feirantes: a cada R\$ 10,00 em notas (ou moedas) de R\$ 1,00, ele ganha R\$ 1,00 (Sato, 2006, 2009).

A solidariedade é fundamental para a manutenção dos trabalhos e das fontes de rendimento. São iniciativas baseadas na confiança e na solidariedade entre as pessoas, como se vê abaixo.

Tanomo-shi é uma palavra japonesa que significa pedir ajuda a alguém em quem se confia. Ela designa as “associações de financiamento mútuo”, uma espécie de consórcio de dinheiro praticado pelos japoneses, que é baseada nas relações de amizade e de confiança, prescindindo de qualquer compromisso por escrito. Mensalmente os participantes do *tanomoshi* se reúnem, ocasião na qual cada um contribui com o valor estipulado e um deles recebe o montante arrecadado. Essas práticas de ajuda mútua são formas socialmente criadas para lidar com a necessidade de sobrevivência do grupo. O *tanomoshi*, por exemplo, foi uma prática comum entre os imigrantes japoneses no Brasil. Os encontros mensais também são uma ocasião de conagração.

Essa mesma prática recebe o nome de *totocaixa* (Grassi, 2003), em Cabo Verde, e de *kixikila* (Lopes, 2007), em Angola.

Em geral, são formas de ajuda mútua criadas por segmentos pobres da população, que não contam com o apoio de políticas públicas. É a tradição e a cultura que dá suporte para a construção dessas práticas.

Outro aspecto a ser considerado vincula-se à importância e à força que as redes sociais têm. Como afirma Noronha (2003), o trabalho não regulado pelo Estado depende das redes sociais, pois é nesse âmbito que a “formalização social” se dá. Assim, fica claro que o pertencimento a uma coletividade dá condições para que as pessoas garantam sua sobrevivência. Essa perspectiva é distinta daquela que busca identificar nas características e competências individuais tal possibilidade, como o *self-made man*. Não se trata, portanto, de descrever as características do “empreendedor”.

Conclusão

João do Rio (1904/2008), em uma de suas belas crônicas sobre a vida nas ruas da cidade do Rio de Janeiro, no início do século XX, denomina de “pequenas profissões” ou “profissões ignoradas”, um sem-número de trabalhos que ficam abaixo do limiar de visibilidade social. Entre essas profissões, João do Rio cita: os catraieiros, os carroceiros, os ciganos comerciantes, os trapeiros, os apanha-rótulos, os selistas, os caçadores e as ledoras. Todas essas são, também nos dizeres de João do Rio, “profissões sem academia” (1904/2008, p. 56). Passados mais de um século de seu registro, sabemos que muitas atividades como essas continuam sendo ignoradas. Em São Paulo, Pinto (1994) retrata o trabalho informal realizado pelas camadas populares na virada do século XIX para o XX. Eram basicamente vendedores ambulantes de artigos alimentícios, jornais, entre outros. As crônicas dessa mesma época também apresentam as “lavadeiras de tamancos” e os vendedores de frango, como fez Jorge Americano (2004).

O trabalho no circuito inferior da economia (Santos, 1979/2004) aponta para uma infinidade de formas de “criar” trabalho que não foram abordadas pela psicologia. Recuperar o tempo perdido é lançar um olhar que dê substância a elas. Para tanto, acessar a vida de trabalho no cotidiano e considerar as redes sociais é algo importante.

Vale destacar a importância dos estudos sobre o desemprego, os quais, além de desvelarem as vivências e os problemas próprios a esse fenômeno, possibilitaram aproximar a psicologia do trabalho informal. Tal aspecto denota que essa disciplina vem construindo uma agenda de estudos que inclui a realidade de trabalho que nos é própria. O reconhecimento de

que é um movimento tardio, mas que a psicologia vem recuperando o tempo perdido, deve-se às evidências acima apresentadas de que a informalidade do trabalho é um fenômeno que há muito está presente entre nós.

Por fim, vale destacar que o fato de termos apontado como lacuna os estudos sobre o espectro de trabalhos que são “criados” pelas pessoas no seu dia a dia (as “profissões sem academia”) não significa que se pretenda enaltecer ou romantizar a precariedade desses trabalhos não regulados e não protegidos. Reconhecer sua existência significa reconhecer a desigualdade de direitos sociais (trabalhistas e previdenciários).

Referências

- Ackermann, K. (2007). *Mercado de trabalho invisível: a articulação entre trabalho no mercado informal, emprego e desemprego na trajetória de trabalhadores*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Ackermann, K. et al. (2005). O desemprego do tempo: narrativas de trabalhadores desempregados em diferentes ambientes sociais. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 8, 1-27.
- Americano, J. (2004). *São Paulo naquele tempo (1895-1915)*. São Paulo: Carrenho Editorial/Narrativa Um/Carbono 14.
- Antunes, R. (1999). Mesa redonda – mercado informal, empregabilidade e cooperativismo: as transformações das relações de trabalho no mundo contemporâneo. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 2, 55-72.
- Bendassolli, P. F. (2000/2001). O vocabulário da habilidade e da competência: algumas considerações neopragmáticas. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 4, 65-76.
- Bertolli Filho, C. (1993). Medicina e Trabalho: as “ciências do comportamento” na década de 40. *Revista de História*, 127/128, 37-51.
- Bosi, E. (1979). *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: T. A. Queiroz.
- Bourdieu, P. (1980). *Le sens pratique*. Paris: Les Éditions de Minuit.
- Bourdieu, P. (1983). O campo científico. In R. Ortiz (Org.), *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo: Ática.
- Carelli, A. (1975). O serviço de ensino e seleção profissional da estrada de ferro Sorocabana e seu papel na introdução e desenvolvimento da psicologia aplicada ao trabalho no Brasil. *Boletim de Psicologia*, 26 (69), 111-114.
- Cintra, T. S., Ribeiro, D. F. & Andrade, A. S. (2010). O cotidiano de aposentados que continuam trabalhando de maneira informal na indústria calçadista: percepções sobre a aposentadoria e o trabalho. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 13 (2), 277-287.
- Coutinho, M. C., Beiras, A., Picinin, D. & Luckmann, G. L. (2005). Novos caminhos, cooperação e solidariedade: a Psicologia em empreendimentos solidários. *Psicologia & Sociedade*, 17 (1), 7-13.
- Coutinho, M. C., Krawulski, E. & Soares, D. H. P. (2007). Identidade e trabalho na contemporaneidade: repensando articulações possíveis. *Psicologia & Sociedade*, 19 (número especial), 29-37.
- Coutrim, R. M. E. (2006). Se parar de trabalhar eu morro: o lugar do trabalho na vida de idosos que participam do mercado informal. *Revista Kairós*, 9 (1), 85-105.
- Cunha, T. B. & Vieira, S. B. (2009). Entre o bordado e a renda: condições de trabalho e saúde das labirinteadoras de Juarez Távora. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 29 (2), 258-275.
- Demazière, D., Guimarães, N. A. & Sugita, K. (2005). Unemployment as a biographical experience. *The unemployed and unemployment in an International Perspective*. ISS Research Series, 19, 68-147.
- Elias, N. (1994). *O processo civilizador* (vol. 1, Uma história dos costumes). Rio de Janeiro: Zahar.
- Fonseca, T. M. G. (2000). *Gênero, subjetividade e trabalho*. Petrópolis: Vozes.
- Gondim, S. M. G. et al. (2006). Carteira de trabalho, artigo de luxo: o perfil psicossocial de trabalhadores informais em Salvador, Bahia. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 11 (1), 53-64.
- Grassi, M. (2003). *Rabidantes, comércio espontâneo transnacional em Cabo Verde*, Lisboa: ICS, Spleen.

- Gubert, A. & Kroeff, L. R. (2001). Versões sobre o trabalho na rua, significações na relação do retratista com a sua arte. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 21 (1), 84-93.
- Guimarães, E. V. (2003). *Executivos em revista: discurso de e para executivos e aspirantes a executivos*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Jahoda, M. (1982/1987). *Empleo y desempleo: un análisis socio-psicológico*. Madrid: Morata.
- Jardim, F. (2009). *Entre desalento e invenção: experiências de desemprego e desenraizamento em São Paulo*. São Paulo: Annablume, FAPESP.
- Lacaz, F. A. de C. (2007). Conhecimentos, práticas em Trabalho-Saúde e as abordagens da medicina social e da medicina do trabalho no Brasil: final do século XIX até os anos 1950-60. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 10 (1), 93-103.
- Lalande, A. (1926/1999). *Vocabulário técnico e crítico da filosofia*. São Paulo: Martins Fontes.
- Laurell, A. C. & Noriega, M. (1987). *Processo de produção e saúde: trabalho e desgaste operário*. São Paulo: Hucitec.
- Lei Complementar 128 de 19/12/2008, que criou a figura jurídica do Microempreendedor Individual (MEI).
- Lopes, C. (2007). *Roque Santeiro: entre a ficção e a realidade*. Lisboa: Principia.
- Medeiros, L. F. R. & Macedo, K. B. (2006). Catador de material reciclável: uma profissão para além da sobrevivência? *Psicologia & Sociedade*, 18 (2), 62-71.
- Mello, S. L. (1988). *Trabalho e sobrevivência: mulheres no campo e na periferia*. São Paulo: Ática.
- Mendes, A. M. & Marrone, C. F. (2003). A resignificação do sofrimento psíquico no trabalho. *Revista Psicologia Organização e Trabalho*, 3 (2), 91-118.
- Noronha, E. G. (2003). "Informal", ilegal, injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 18 (53), 111-129.
- Oddone, I., Re, A. & Briante, G. (1981). *Redécouvrir l'expérience ouvrière*. Paris, Éditions Sociales. (publicado originalmente na língua italiana em 1977)
- Oliveira, R. P. de & Iriart, J. A. B. (2008). Representações do trabalho entre trabalhadores informais da construção civil. *Psicologia em Estudo*, 13 (3), 437-445.
- Pinto, M. I. M. B. (1994). *Cotidiano e sobrevivência: a vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo, 1890-1914*. São Paulo: Edusp.
- Prilleltensky, I. (1994). Aspectos políticos e éticos da psicologia organizacional. In Prilleltensky, I. *The moral and politics of psychological discourse and the status quo*. (trad. de Fábio de Oliveira) Nova York: State University of New York Press.
- Pulido-Martínez, H. C. (2007). Produciendo trabajadores modernos: conocimiento psicológico y el mundo del trabajo en el sur. *Universitas Psychologica*, 6 (1), 27-37.
- Rio, J. do (1904/2008). Pequenas Profissões. In J. do Rio, *A alma encantadora das ruas* (pp. 54-61). São Paulo: Companhia das Letras.
- Rodrigues, A. M. (1978). *Operário, Operária*. São Paulo: Símbolo.
- Rodrigues, A. M. (1988). Processo produtivo e divisão do trabalho entre supervisores de uma empresa automobilística. *Revista de Administração de Empresas*, 28, (3), 5-14.
- Rodrigues, A. M. (1989). Práticas e representações de pequenos funcionários públicos em São Paulo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 4 (11), 85-103.
- Rodrigues, A. M. (1991). Padrões afetivos na empresa familiar. *Revista de Administração de Empresas*, 31 (4), 35-48.
- Rodrigues, A. M. (1992). Lugar e imagem da mulher na indústria. In A. C. Oliveira & C. Bruschini (Orgs.), *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos., São Paulo: Fundação Carlos Chagas.
- Salvitti, A., Viégas, L. S., Mortada, S. P. & Tavares, D. S. (1999). O trabalho do camelo: trajetória profissional e cotidiano. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 2, 1-23.
- Santos, M. (1979/2004). *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana nos países subdesenvolvidos*. São Paulo: Edusp.
- Sato, L. (2006). *Feira livre: organização, trabalho e sociabilidade*. Tese de Livre-Docência, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Sato, L. (2009). Visitando a feira livre: notas sobre sua organização e seu trabalho. *Mnemosine*, 5 (2), 227-248.

- Sato, L. & Schmidt, M. L. S. (2004). Psicologia do trabalho e psicologia clínica: um ensaio de articulação focalizando o desemprego. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 9 (2), 365-371.
- Seligmann-Silva, E. (1994). *Desgaste mental no trabalho dominado*. Rio de Janeiro: EdUFRJ/Cortez.
- Silva D'Alencar, R. & Campos, J. B. (2006). Velhice e trabalho: a informalidade como (re)aproveitamento do descartado. *Estudos Interdisciplinares sobre Envelhecimento*, 10, 29-43.
- Simão, A. (1981). *Sindicato e Estado (suas relações na formação do proletariado de São Paulo)*. São Paulo: Ática.
- Spink, P. K. (2009). Micro cadeias produtivas e a nanoeconomia: repensando o trabalho decente. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 12 (2), 227-241.
- Terra, C. P., Carvalho, J. A. S., Azevedo, J. E. A., Venezian, L. A. & Machado, S. B. (2006). Desemprego: discurso e silenciamento: um estudo com clientes de um serviço de aconselhamento psicológico. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 9 (1), 33-51.
- Traverso-Yepetz, M. A. & Pinheiro, V. S. (2002). Adolescência, saúde e contexto social: esclarecendo práticas. *Psicologia & Sociedade*, 14 (2), 133-147.
- Weil, S. (1996). *A condição operária e outros estudos sobre a opressão*. São Paulo: Paz e Terra.

Endereço para Correspondência

lenysato@usp.br

Recebido em: 21/08/2012
Revisado em: 16/04/2013
Aprovado em: 07/05/2013